26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação

A MEMÓRIA TÉCNICA DO IBICT COMO MEMORIAL: UMA ANÁLISE DE SEU ACERVO COMO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

THE TECHNICAL MEMORY OF IBICT AS A MEMORIAL: *AN ANALYSIS OF ITS COLLECTION AS DOCUMENTARY HERITAGE*

Leonardo Hermes Lemos – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
Emanuelle Torino – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
Silvana Aparecida Borsetti Gregório Vidotti – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este trabalho aborda a relação entre documento, memória e patrimônio no campo da Ciência da Informação, caracterizando a Memória Técnica do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia como um Memorial e considerando o seu acervo como patrimônio documental, conforme literatura específica na temática. A compreensão de que os documentos também são construções sociais carregadas de significados, vinculadas à memória, à cultura e à identidade coletiva é uma característica basilar desta pesquisa. O objetivo é analisar a Memória Técnica do Ibict enquanto um memorial, buscando caracterizar seu acervo como patrimônio documental, considerando sua dimensão cultural e científica. Assim, a pesquisa possui uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, utilizando revisão bibliográfica e análise documental como suporte metodológico. Como resultados, percebe-se que a Memória Técnica do Ibict se configura como um espaço de preservação da memória institucional e científica, tanto do Instituto quanto da Ciência da Informação no Brasil, reunindo documentos que registram essa trajetória, evidenciando que o acervo apresenta valor simbólico e informacional. A caracterização do acervo como patrimônio documental amplia sua relevância, gerando responsabilidades quanto à gestão, preservação e acesso, reforçando o seu papel na construção da memória e identidade científica brasileira.
Palavras-chave: memória técnica do Ibict; patrimônio documental; ciência da Informação; museologia; memorial.

Abstract: This study addresses the relationship between documents, memory, and heritage within the field of Information Science, characterizing the Technical Memory Collection of the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (Ibict) as a memorial and considering its collection as documentary heritage, based on specialized literature on the subject. The understanding that documents are also social constructions imbued with meanings and linked to memory, culture, and collective identity constitutes a fundamental premise of this research. The objective is to analyze Ibict's Technical Memory Collection as a memorial, seeking to characterize its holdings as documentary heritage while considering their cultural and scientific dimensions. The study therefore adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach, using a literature review and documentary analysis as methodological support. The results indicate that Ibict's Technical Memory Collection constitutes a space for preserving the institutional and scientific memory of both the Institute and the field of Information Science in Brazil. It brings together documents that record this trajectory, demonstrating that the collection holds significant symbolic and informational value. Characterizing the collection as documentary heritage enhances its relevance and entails responsibilities regarding its management, preservation, and access, while reinforcing its role in the construction of Brazilian scientific memory and identity.
Keywords: technical memory of Ibict; documentary heritage; information science; museology; memorial.

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre a caracterização de documentos e a formação de acervos documentais ocupa lugar central nos debates da área da Ciência da Informação (CI), principalmente quando se relaciona esta temática com a Museologia. A convergência destas áreas ocorre em torno do documento, considerando-o, nesta pesquisa, como suporte de memória, patrimônio e cultura, revelando uma complexidade que perpassa fronteiras disciplinares e se insere no campo da preservação e salvaguarda de memórias sociais.

Assim, as coleções documentais de instituições científicas, como o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), emergem como expressões culturais e científicas, materializando não apenas registros administrativos, mas também relações de formação do conhecimento do país. O Ibict, cuja história remonta à criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) em 1954, tem em sua trajetória de mais de 70 anos uma história singular no desenvolvimento de ações, projetos e pesquisas na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação brasileiras, reunindo objetos que materializam sua trajetória histórica, custodiados pela Biblioteca do Ibict Lydia de Queiroz Sambaquy, configurando um acervo de grande importância cultural e científica.

Diante deste contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar a Memória Técnica do Ibict sob a perspectiva teórica, caracterizando seu acervo como patrimônio documental. Para isto,

as reflexões terão como base Michel Foucault (2008), Jacques Le Goff (1990), Paul Ricoeur (2007) e Françoise Choay (2001), bem como critérios estabelecidos pelo Programa Memória do Mundo (MoW) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e na construção teórica de Edmondson (2002).

Neste sentido, é vista a necessidade de promover novos pensamentos na perspectiva de caracterização de acervos institucionais como patrimônio documental, não se tratando apenas de um exercício de classificação, mas de refletir sobre as formas e os mecanismos pelos quais as coleções adquirem caráter de patrimônio cultural, bem como suas implicações práticas no que tange à salvaguarda, ao acesso e ao uso destes bens.

2 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS ENTRE DOCUMENTO E PATRIMÔNIO

Esta seção propõe uma reflexão acerca das noções de documento e de patrimônio, tomando-as como categorias fundamentais para a compreensão da temática em análise. Em um primeiro momento, examina-se o conceito de documento e as problematizações que o atravessam. Em seguida, desenvolve-se uma discussão em torno dos conceitos de patrimônio, enfatizando suas múltiplas dimensões e suas articulações com o objeto proposto.

2.1 O DOCUMENTO

A noção de documento tem sua posição evidenciada em áreas do conhecimento que se dedicam à organização, à preservação e ao acesso à informação, sendo a base e o núcleo inicial de áreas como Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Cabe destacar que não se pretende constituir um conceito estabilizado, mas sim questionar a criação do documento, como fenômeno de natureza humana, tendo como referência Foucault (2008) e Le Goff (1990), permitindo reflexões mais filosóficas e históricas no campo da CI.

Em Arqueologia do Saber, Foucault (2008) metaforicamente utiliza a arqueologia como método de busca de todo pesquisador, em que este, como um arqueólogo, escava camadas do conhecimento humano, buscando fontes para evidenciar e possibilitar a construção de seu discurso científico. Para o filósofo, esta arqueologia se materializa no documento, em que a criação denota uma produção de escolhas, de relações de poder e dispositivos discursivos do que deve ou não ser lembrado, classificado e preservado. Ao estudar este conceito, Araujo (2004) evidencia que Foucault vê os objetos do conhecimento humano como inacabados em nossa realidade e que precisam ser descobertos e relacionados de múltiplas formas. A crítica

foucaultiana não recai sobre o documento em si, mas sobre as formas de seu uso. Salomon (2019) destaca que para Foucault, os documentos não são inertes, eles possuem formas de uso que dependem do contexto em que são empregados, mostrando que o contraponto não está em abandonar os estudos históricos, mas sim em ressignificar os usos do documento. Em outras palavras, o documento deve ser entendido como um discurso portador de significados construídos socialmente e condicionados por relações de poder e interesse, por isso, um fenômeno humano.

Foucault (2008) estabelece também a relação entre documento e monumento, tendo como base a história e a semântica da criação destes termos[1]. Segundo o filósofo, a historiografia tradicional buscou transformar os monumentos em documentos, dando maior evidência aos testemunhos do passado, enquanto a historiografia contemporânea vai de encontro a este movimento, transformando documentos em monumentos em virtude dos processos de ordenação e classificação, a fim de criar um discurso histórico. Em virtude disso, é notável que a compreensão do documento como patrimônio adquire esta dimensão de monumento, tornando-se registro de uma memória coletiva, a qual se deseja perpetuar pelo tempo.

Corroborando o discurso de Foucault, Le Goff (1990) distingue monumentos e documentos. Para o teórico, os monumentos são caracterizados como heranças do passado, que se perpetuam no tempo. Já os documentos são testemunhos movidos por escolhas, as quais são dotadas de intencionalidade. Neste sentido, o estudioso evidencia que o documento, a partir do século XVII, passou a ganhar maior relevância, pois ganhou *status* de prova, de testemunho de veracidade, motivado principalmente pela constituição dos estados modernos europeus e pela criação de identidades nacionais. Embora a construção do documento, como a conhecemos hoje, possua esta trajetória, Le Goff (1990) ressalta que a história não é feita apenas de documentos escritos com intencionalidade, mas também de toda a produção de conhecimento humano, inclusive daquela que não necessariamente possui suporte de registro.

Esta relação entre conceitos impacta diretamente o entendimento deste campo, pois se o documento pode ser criado a partir de intencionalidade ou tornar-se documento pelas interações humanas, o escopo do que pode ser entendido como documento é amplo e

[1] Para Foucault monumento tem relação com a (re)memorização de um passado e documento está vinculado a critérios de ordenação, classificação, agrupamento ou formas de organização.

heterogêneo, incluindo também nesta conjuntura as características para classificar algo como patrimônio documental, indo desde os documentos mais tradicionais registrados em papel até os mais atuais em suportes digitais.

2.2 PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: O DOCUMENTO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

O patrimônio cultural tem seu conceito vinculado à realização de eventos e à criação de documentos internacionais ao longo dos séculos XX e XXI. Choay (2001) atribui à palavra patrimônio o sentido de herança, ou seja, algo transmitido de geração em geração. No contexto cultural, essas heranças seriam lugares, espaços, objetos ou manifestações que se perpetuam ao longo do tempo e conferem identidade e sentido a um determinado grupo social.

Conforme denotam Zanirato e Ribeiro (2006), o termo deriva do latim *patrimonium*, corroborando a ideia de herança trazida por Choay (2001). Por sua vez, Merillas (2004) afirma que o patrimônio cultural está diretamente vinculado ao desenvolvimento das sociedades humanas, refletindo as múltiplas interpretações de elementos que o compõem. Porém, mesmo indo para o campo conceitual, é necessário traçar, ainda que de forma breve, documentos internacionais que auxiliaram no entendimento do conceito de patrimônio documental e que se tornaram documentos internacionais de valorização e salvaguarda, sendo: a Carta de Atenas (1931), a Carta de Veneza (1964) e a Carta de Machu Picchu (1970).

A Carta de Atenas abriu as discussões com relação à preocupação internacional com a preservação de bens culturais, focando principalmente no patrimônio arquitetônico e artístico imóvel, influenciada pelo contexto pós Primeira Guerra Mundial, conforme destaca Olender (2020). A Carta de Veneza, segundo Costa (2012), ampliou o conceito de patrimônio edificado, indo além de um único prédio e estendendo o entendimento de preservação de conjuntos urbanos. Kahatt (2017) esclarece que a Carta de Machu Picchu insere um novo contexto de preservação, atrelando uma corrente antropológica à concepção de cultura e vinculando a dimensão imaterial do patrimônio à participação social na sua constituição.

Embora esses documentos internacionais não detalham a questão do patrimônio documental, abrem as discussões no campo da preservação do patrimônio, o que converge com Hedlund (2014) ao tratar os documentos como bens materiais que constituem o patrimônio cultural de uma nação, sendo estes os modos pelos quais as sociedades registram, transmitem e preservam sua memória coletiva.

No ano de 1992, a Unesco criou o Programa Memória do Mundo, com foco no patrimônio documental mundial, e estabeleceu critérios para o reconhecimento internacional de documentos e coleções que constituem esta categoria de bem cultural. Edmondson (2002) sistematiza critérios para a categorização do patrimônio cultural, indicando que estes devem ser móveis, portadores de símbolos (códigos, sons e imagens), preserváveis, reproduzíveis e transladáveis.

Pereira Filho (2022) destaca que a relação entre documento e patrimônio cultural potencializa o protagonismo desses na história, na memória e na identidade de uma sociedade. Corroborando essa perspectiva, Motta (2011) enfatiza o entendimento do documento como bem cultural, revelando um rico campo de conhecimento, permitindo o desenvolvimento de pesquisas para a preservação da informação e, consequentemente, do patrimônio documental.

No campo da Museologia, Lima (2012) distingue e articula os processos de patrimonialização e musealização. A patrimonialização atribui valor cultural a determinados bens, enquanto a musealização envolve sua seleção, retirada de um contexto original ou ressignificação, documentação, preservação, pesquisa e comunicação. Essa perspectiva contribui para compreender que o reconhecimento da MTI como memorial não ocorre de forma automática, mas oferece bases conceituais para fazer com que isso aconteça.

2.3 MEMÓRIA, IDENTIDADE E INSTITUIÇÕES DE GUARDA

A constituição do patrimônio documental se deve à relação entre documento, memória e as instituições de guarda, no conceito de memória arquivada trazido por Ricoeur (2007), que designa um processo pelo qual o que se testemunha deve possuir um suporte material, institucionalizando assim os espaços de memória. Essas instituições podem ser arquivos, bibliotecas, museus, entre outros, nos quais a memória adquire uma dimensão que extrapola e transcende o tempo, saindo de um contexto individual para um sentido coletivo.

Karpinski (2015), em suas pesquisas, mostra o arquivo enquanto instituição física, que guarda documentos, esclarece que este espaço é um lugar social e cultural, motivado por uma necessidade social de constituição histórica. Assim, ele estabelece o conceito de “rastro do passado”, sugerindo que os documentos passam por uma seleção do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido. Essa seletividade acaba determinando que o patrimônio documental não é uma totalidade, mas uma seleção dotada de significado histórico e cultural.

Antecedendo esses pensamentos, tanto Halbwachs (2013) quanto Nora (1993) compreendem a memória como um processo de construção social, sustentado por registros, narrativas, contextos e instituições, que selecionam, organizam e comunicam os fatos do passado. Os lugares de memória, na visão de Nora (1993), são espaços materiais, simbólicos ou funcionais nos quais a memória se cristaliza e se manifesta uma vontade, consciente ou inconsciente, de conservar vestígios, produzir sentidos e transmitir referências sobre o passado.

Utilizando estas fontes, podemos perceber que as instituições científicas, como o Ibict, também são locais de memória ao idealizar espaços de coleta, guarda, organização e disseminação do seu patrimônio cultural, entendendo que a coletividade da comunidade científica se materializa por meio dos itens de seu acervo que compõem a MTI, não apenas fazendo referência ao passado, mas também ao futuro.

2.4 AS POSSÍVEIS INTERFACES DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS

Num processo de constituição histórica, os museus modernos tiveram sua origem vinculada aos estados nacionais modernos, como instituições que representassem uma história nacional, principalmente após a Revolução Francesa, como aponta Suano (1986). Este período da história dos museus revela o caráter de seleção que enfatizamos anteriormente, principalmente na contribuição de Chagas (2009), ao evidenciar que os museus possuem relação direta com a memória de um poder (seja social, econômico ou político) ou o poder que a memória tem de criar narrativas para determinados contextos. Para a Museologia, qualquer item do seu acervo musealizado tem caráter de patrimônio, permitindo a consolidação de uma memória social.

Juntamente com os museus, os arquivos e centros de memória possuem trajetória parecida, conforme destacam Bellotto (2008) e Le Goff (2013) ao colocarem os documentos custodiados por estas instituições como testemunhos da veracidade de fatos ocorridos no passado, sendo que Arboit e Martins (2013) atribuem a isso o conceito de patrimônio documental arquivístico.

Numa interlocução entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, Jaramillo e Marín-Agudelo (2014) propõem o conceito de patrimônio documental bibliográfico, atribuído às coleções formadas por bibliotecas públicas nacionais.

É por meio disso que entendemos a Memória Técnica do Ibict como um memorial da Biblioteconomia e da Ciência da Informação brasileiras, pois sua pluralidade tipológica é uma das características mais relevantes para a caracterização de seu acervo como patrimônio documental, no sentido mais amplo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, com objetivo exploratório e descritivo, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A abordagem qualitativa mostra-se adequada por possibilitar a interpretação dos significados históricos, culturais e institucionais atribuídos à Memória Técnica do Ibict (MTI), compreendida neste estudo como um acervo representativo da trajetória da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no Brasil.

Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica com base nas contribuições teóricas de Michel Foucault, Jacques Le Goff, Paul Ricoeur e Françoise Choay, a fim de fundamentar as noções de documento, monumento, memória, patrimônio e instituições de guarda. Em seguida, procedeu-se à análise documental do conjunto informacional referente à MTI, considerando sua formação institucional, diversidade tipológica e vinculação à preservação da memória técnico-científica do Ibict, bem como da Biblioteconomia e da Ciência da Informação brasileiras.

Foram examinados, ainda, os critérios de caracterização do patrimônio documental estabelecidos pelo Programa Memória do Mundo da Unesco, bem como as contribuições de Edmondson, a fim de verificar a aderência do acervo da MTI a atributos como valor histórico, singularidade, mobilidade, preservabilidade e reprodutibilidade.

A análise foi conduzida por meio da articulação entre o referencial teórico e as evidências documentais sobre a constituição, a custódia e as características do acervo, com o objetivo de demonstrar sua relevância como patrimônio documental e como expressão da memória científica institucional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da Memória Técnica do Ibict (MTI) como memorial, compreende não apenas um repositório de documentos e registros produzidos ao longo da trajetória do Instituto, mas também como um dispositivo de preservação, organização e de narrativas institucionais.

Nessa perspectiva, a MTI configura-se como um locus privilegiado de salvaguarda de vestígios materiais e simbólicos que expressam práticas, saberes, ações e processos constitutivos da identidade institucional, contribuindo, assim, para a produção de sentidos sobre o passado e para a consolidação de referências que sustentam a continuidade e a legitimidade da instituição no tempo. A história do Ibict se entrelaça com a história da Biblioteconomia brasileira, de forma que muitos desses registros são também patrimônio documental da área, o que nos leva a compreender a MTI como um Memorial da Biblioteconomia e da Ciência da Informação brasileiras.

4.1 A MEMÓRIA TÉCNICA DO IBICT COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Como mencionado, o Ibict é uma unidade de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), tendo sua origem ligada à criação do IBBD, no ano de 1954, como uma demanda da Unesco para que as nações criassem e implantassem instituições nacionais voltadas à organização da produção científica nacional.

A atuação do Instituto foi além dos serviços bibliográficos, construindo sua história como referência na área da CI, desenvolvendo projetos e pesquisas relacionados à organização, à gestão, à disseminação, ao acesso e à democratização da informação científica e tecnológica nacional. Exemplificando essa trajetória, podemos citar, por exemplo, o fato de em 1975 ter assumido a função de Centro Brasileiro do *International Standard Serial Number* (CBISSN), sendo o único órgão brasileiro nesta função. Além disso, na década de 1980 foi responsável pela disponibilização de base de dados em CD-ROM, contribuindo para o acesso à informação científica e tecnológica e, na década de 1990, sediou o laboratório de implantação da Internet no Brasil, estabeleceu cooperação com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) na capacitação para uso da internet no Brasil.

Além disso, o IBBD atuou de forma acadêmica e na formação profissional em Biblioteconomia e CI no Brasil e, na década de 1950, criou cursos de formação especializada em documentação científica. Em 1970, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) implantou o primeiro mestrado em CI no Brasil e na América Latina, o que teve repercussão internacional na inserção de países latinos nas discussões da área. Esta trajetória se consolida no ano de 1994 com a implantação do doutorado, em parceria com a UFRJ, permitindo ao Ibict atuar no campo técnico e acadêmico, sendo referência internacional nos estudos relativos à informação.

Esta trajetória é contada pela MTI que contém em seu acervo registros de projetos, pesquisas, documentos administrativos e objetos que denotam os mais de 70 anos da instituição, bem como a consolidação da CI brasileira.

4.2 A COMPOSIÇÃO DO ACERVO DA MEMÓRIA TÉCNICA DO IBICT

A Memória Técnica do Ibict é compreendida como um espaço de salvaguarda da memória institucional, tendo em seu acervo um conjunto documental de diferentes suportes e objetos que registram os processos e conhecimentos técnicos produzidos pela instituição ao longo de sua existência, compreendendo, assim, seus produtos, serviços e atividades vinculadas desde seu cerne, com a criação do IBBD até o momento presente, como Ibict.

A MTI abrange uma tipologia documental ampla e heterogênea, que inclui: a) documentos técnicos e científicos de valor cultural e científico para as áreas da Biblioteconomia e CI nacional e internacional; b) acervo bibliográfico especializado, composto principalmente por coleções especiais da Biblioteconomia, Documentação e CI; c) registros históricos de ciência e tecnologia como atas, correspondências, entre outros itens que documentam a criação do IBBD, sua transição para o Ibict e a formulação de políticas públicas voltadas à informação científica e tecnológica no Brasil; e d) coleção iconográfica e audiovisual, que contém informações em suportes específicos como fitas VHS, cassete, fotografias; e) bases de dados históricas em suportes obsoletos, como fichas, microfilmes e mídias magnéticas; e f) acervo tridimensional, composto por objetos de reprodução das mídias obsoletas.

A preservação deste acervo está estabelecida pela Portaria Ibict nº 134, de 23 de maio de 2024, que atribui à Biblioteca a competência para planejar, coordenar e executar pesquisas voltadas à preservação da memória documental da história da instituição. O fato de a formalização ser necessária para a preservação deste acervo é significativo para reconhecer o valor cultural da MTI, bem como atribuir as responsabilidades pela sua guarda e gestão.

4.3 A CARACTERIZAÇÃO DA MEMÓRIA TÉCNICA DO IBICT COMO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

A caracterização da Memória Técnica do Ibict (MTI) está vinculada aos critérios estabelecidos pelo Programa Memória do Mundo (MoW), que fornece conceitos e subsídios para determinar se um item deve ou não ser considerado patrimônio documental. Neste contexto, a Unesco (2002), por meio do MoW, define que o patrimônio documental é a

memória coletiva e documentada.

4.3.1 A Memória Técnica do Ibict sob a ótica de Edmondson

Edmondson (2002) propõe que algo, para ser considerado patrimônio documental, deve satisfazer os seguintes requisitos: mobilidade, simbolismo, preservabilidade e reprodutibilidade dos documentos que o compõem. Ao analisar a MTI, percebe-se que a coleção resultante da trajetória institucional satisfaz cada uma das características.

A mobilidade é vista como a capacidade de transferir itens, evitando que fiquem estáticos em um único local e permitindo seu deslocamento para fins de organização, preservação, acesso e uso.

O simbolismo está vinculado a duas vertentes, sendo uma como códigos e/ou linguagens constituintes de símbolos que possam ser compreendidos, e outra no sentido de criar senso de pertencimento e identidade a uma comunidade específica, neste caso a comunidade científica.

A preservabilidade condiz com características que permitem perpetuar o acervo ao longo do tempo, adotando técnicas de conservação para todo o acervo, independentemente de seu suporte. Indo além, consideramos também a preservação informacional, como um sistema de gestão que fornece não apenas a guarda de informações, mas também a sua preservação digital.

Por fim, a reprodutibilidade vincula-se à possibilidade de o conteúdo ser reproduzido em diferentes suportes, garantindo sua perpetuação, seu acesso e seu uso, criando valor informacional vinculado ao valor histórico, científico e cultural.

4.3.2 Documento Monumento em diálogo com a Memória Técnica do Ibict

A Memória Técnica do Ibict (MTI) encontra no diálogo foucaultiano uma expressão rica no que tange à transformação dos documentos em monumentos, ao criar uma ordenação e classificação, a fim de construir um discurso histórico ou uma narrativa institucional. Isso é evidenciado na MTI pelo fato de seu acervo ser reconhecido como patrimônio documental e pela implantação de protocolos de gestão, para que atenda a fins de preservação, disseminação e uso, adquirindo assim um *status* de monumento da memória nacional da CI, o que consideramos aqui ser definido como um Memorial da Biblioteconomia e da Ciência da Informação Brasileira.

Essa perspectiva pode ser enriquecida ao introduzirmos também o pensamento de Le Goff (1990), no qual o estudioso enfatiza o documento como sentido de prova, de testemunho, que possui veracidade e fidedignidade na formulação e formatação dos estados modernos e das identidades nacionais. O acervo da MTI permite relacionar isso ao conteúdo de seu acervo, evidenciando-o como prova e testemunho da trajetória de um campo científico nacional.

A análise de Costa (2009) destaca a relação entre o historiador[2] e o documento, tanto no plano textual quanto na criação de significados e na construção de contextos. No caso da MTI, a complexidade acaba sendo maior, pois a própria instituição é seu historiador e seu objeto de estudo, na qual o Ibict é tanto seu guardião e produtor, quanto aquele que os gere e os analisa, criando interpretações sobre o patrimônio documental.

4.3.3 A Memória Técnica do Ibict como memória social, identidade científica e valorização do patrimônio

Para além do que já foi exposto, a caracterização da Memória Técnica do Ibict (MTI) como patrimônio documental vai além de conceitos e reflexões. É necessário também entender seu valor patrimonial em suas relações sociais, como a constituição e a preservação de uma memória social da Biblioteconomia e da Ciência da Informação brasileiras, o fortalecimento da identidade científica e o apoio à pesquisa histórica nas áreas.

Ao estabelecer que a memória arquivada cria uma institucionalidade, Ricoeur (2007) mostra que há a transformação de testemunhos individuais em patrimônio coletivo. A MTI demonstra isso ao reunir registros que testemunham mais de sete décadas de história, transformando cada experiência acumulada pelo Ibict em memória coletiva na área. Karpinski (2015) reforça que os arquivos, e estendemos aqui a qualquer instituição de guarda, são tanto um lugar físico quanto um lugar social e, por sua vez, cultural, guiados pela necessidade de selecionar o que deve ser lembrado ou esquecido.

Os acervos de ciência e tecnologia constituem uma parte fundamental do patrimônio cultural de um país, pois são a materialização de processos históricos de produção do conhecimento, de desenvolvimento tecnológico e de construção social e cultural da ciência. Relatórios, objetos de pesquisa, dados coletados, entre outros, tornam-se testemunhos de trajetórias que definem a identidade e cultura científica de uma nação.

[2] Entendemos aqui o termo historiador como sinônimo para pesquisador.

O patrimônio documental, assim como o patrimônio cultural, é constituído por heranças perpetuadas ao longo do tempo, conforme destaca Choay (2001). A MTI permite evidenciar isso por meio da preservação do seu acervo, no qual é percebida toda a construção da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, fornecendo base para que novas perspectivas de pesquisa sejam realizadas na área, compreendendo que a perpetuação não é somente do passado para o presente, mas também do presente para o futuro.

Assim, a Memória Técnica do Ibict pode ser reconhecida como patrimônio cultural, histórico e científico, e mais especificamente como patrimônio documental por possuir valores simbólicos, informacionais, históricos e científicos essenciais à construção da memória brasileira no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

4.3.4 Um Memorial para a Biblioteconomia e a Ciência da Informação Brasileira

Estas reflexões convergem para a criação de um Memorial da Biblioteconomia e da Ciência da Informação brasileiras. Bellotto (2008) e Le Goff (2013) apontam que memoriais e centros de memória possuem a missão de organizar de forma sistêmica uma memória institucional, temática ou comunitária, dando sentido e contexto histórico a trajetórias existentes e que necessitam de valorização. Percebendo isso, a Memória Técnica do Ibict (MTI) cumpre essa missão, por meio de seu acervo, podendo ser um espaço de fruição viva da história da Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil, servindo de fonte para os pesquisadores da área.

Pelo viés museológico, é possível entender que o memorial não se limita à guarda dos vestígios do passado, mas também atua como um espaço ativo de produção de sentido, no qual o acervo é selecionado, preservado, contextualizado e comunicado à sociedade. Caracterizar a MTI desta forma permite que a instituição cumpra seu papel formativo, fortalecendo a identidade da comunidade científica à qual se refere.

Para além da preservação da trajetória e da história institucional, considerar a MTI como um Memorial promove também a disseminação, o acesso e o uso do acervo e de suas informações por meio de processos de comunicação, como exposições (físicas e virtuais), possibilitando, assim, a pesquisa e o fomento relevantes à comunidade científica. Isso cria relação com processos de digitalização voltados à preservação digital do patrimônio documental, permitindo uma gestão informacional que contemple aspectos físicos e informacionais do acervo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso conceitual desenvolvido até aqui permite fundamentar a Memória Técnica do Ibict como memorial e caracterizar seu acervo como patrimônio documental custodiado pelo Ibict. Essa caracterização não é apenas classificatória, mas também implica um conjunto de responsabilidades, práticas e políticas institucionais que orientem a preservação, a organização, a gestão, o acesso e a difusão do acervo. As relações entre Foucault e Le Goff (documento monumento), Choay e Ricoeur (patrimônio cultural) e MoW e Edmondson (patrimônio documental), possibilitam um quadro conceitual sólido de fundamentação para esta caracterização.

A análise feita nesta pesquisa ainda evidencia a singularidade da MTI, que é, ao mesmo tempo, produto e suporte da história da Biblioteconomia e Ciência da Informação brasileiras, cujo acervo é composto não somente por registros institucionais, mas testemunhos de todo um campo científico, de uma área do conhecimento que ganhou impulso no cenário nacional com a criação do IBBD, na década de 1950, e que posteriormente se transformou no Ibict.

A caracterização do acervo como patrimônio documental implica diretamente na gestão da MTI, visto que a adoção de políticas de preservação que contemplem todos os seus suportes e características informacionais é extremamente necessária. Assim, o acervo transcende sua função instrumental de registro pelo ato de registrar (documento no sentido original), mas também adquire seu *status* por sua importância, ganhando o significado de testemunho e de veracidade.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Inês Lacerda. Foucault, um arqueogenealogista do saber, do poder e da ética. **Revista Ciências Humanas** - UFSC, [*s. l.*], n. 35 (2004). Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/25396. Acesso em: 23 out. 2026.

ARBOIT, Aline Elis; MARTINS, Rúbia. A gestão do patrimônio documental arquivístico em instituições públicas: considerações sobre uma eficaz fiscalização. **Revista Aurora**, [*s. l.*], v. 7, p. 163-176, 31 dez. 2013. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/3420. Acesso em: 8 maio 2026.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

CHAGAS, Mário. MEMÓRIA E PODER: DOIS MOVIMENTOS. **Cadernos de Sociomuseologia**, [*s. l.*], v. 19, n. 19, jun. 2009. Disponível: https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/pt/article/view/367. Acesso em: 22 jun. 2026.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2001.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS E TÉCNICOS DE MONUMENTOS HISTÓRICOS, 1., 1931, Atenas. **Anais** [...]. Carta de Atenas para a Restauração de Monumentos Históricos. Atenas: Escritório Internacional de Museus, 1931. Disponível em: iphan.gov.br. Acesso em: 23 out. 2026.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS E TÉCNICOS DE MONUMENTOS HISTÓRICOS, 2., 1964, Veneza. **Anais** [...]. Carta de Veneza: Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios. Veneza: ICOMOS, 1964. Disponível em: iphan.gov.br. Acesso em: 23 out. 2026.

COSTA, Alexandre. A Crítica do Documento de Michel Foucault: apontamentos sobre modalização empírica em análise do discurso. **Via Litterae**: Revista de Linguística e Teoria Literária, [*s. l.*], v. 1, n. 1, p. 5-22, 2009. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/vialitterae/article/view/4493. Acesso em: 23 out. 2026.

COSTA, Everaldo Batista da. Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX. **Finisterra** - Revista Portuguesa de Geografia, v. 47, n. 93, p. 5-22, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.18055/Finis1255. Acesso em: 23 out. 2026.

EDMONDSON, Ray. **Memória do mundo**: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental mundial. Paris: Unesco, 2002.

ENCONTRO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS, 1977, Machu Picchu. **Anais** [...]. Machu Picchu: [*s. n.*], 1977. Disponível em: iphan.gov.br. Acesso em: 23 out. 2026.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2013.

HEDLUND, Dhion Carlos. **O patrimônio fotográfico de Santa Maria em ambiente digital**. 2014. 221 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11020/HEDLUND%2c%20DHION%20CARLOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 fev. 2026.

JARAMILLO, Orlanda; MARÍN-AGUDELO, Sebastián-Alejandro. Patrimonio bibliográfico en la biblioteca pública: memorias locales e identidades nacionales. **El Profesional de La Informacion**, [*s. l.*], v. 23, n. 4, p. 425-432, maio, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.3145/epi.2014.jul.11. Acesso em: 8 maio 2026.

KAHATT, Sharif S. Cambio y continuidad: notas sobre la carta de Machu Picchu, el último manifiesto de arquitectura. **Revista A**: Arquitectura PUCP, Lima, v. 10, p. 82-85, 2017. Disponível em: https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/arquitectura/article/view/22327. Acesso em: 22 jan. 2021.

KARPINSKI, Cezar. Memória Arquivada: reflexões sobre documentos e arquivos a partir de Paul Ricoeur. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: UFPB, 2015. p. 1-1. Disponível em: http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2838. Acesso em: 8 jan. 2025.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan./abr. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1981-81222012000100004. Acesso em: 1 set. 2026.

MERILLAS, Olaia Fontal. **La educación patrimonial**: teoría y práctica en el aula, el museo e internet. Espanha: Trea, 2004.

MOTTA, Lia. Arquivos e o patrimônio da arquitetura: um diálogo necessário. *In*: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS, 2011, **Anais** [...]. Belo Horizonte. Belo Horizonte: IEDS, 2011. v. 1.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763. Acesso em: 22 jun. 2026.

OLENDER, Marcos. O abismo da história é grande o suficiente para todos. Os primórdios da Carta de Atenas de 1931 e a afirmação da noção de patrimônio da humanidade. **Locus**: Revista de História, [*s. l.*], v. 26, n. 2, p. 291-313, 10 set. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.31204. Acesso em: 22 jan. 2026.

FILHO, Hilario Figueiredo Pereira. Documento e patrimônio entre usos e reflexões. **Tempo Social**, [*s. l*], v. 34, n. 3, p. 295-313, 28 dez. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2022.201919. Acesso em: 19 jan. 2024.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SALOMON, Marlon. Isso não é um livro de história: Michel Foucault e a publicação de documentos de arquivos. **Topoi**, [*s. l.*], v. 20, n. 40, p. 229-252, abr. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2237-101X020040011. Acesso em: 23 jun. 2023.

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

UNESCO. **Memória do mundo**: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental. [*S. l.*]: Unesco, 2002. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000378405. Acesso em: 20 maio 2026.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, [*s. l.*], v. 26, n. 51, p. 251-262, jun. 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-01882006000100012. Acesso em: 23 out. 2026.